

Título: Comunicação estratégica e mobilização social: A experiência de jovens do Médio Vale do Jequitinhonha na busca do direito à cidade¹

Temática: Mobilização e organização social

Resumo

A mobilização social, enquanto processo de organização e de participação ativa em questões de interesse coletivo, envolve operações essencialmente comunicativas, tanto por depender de uma intensa partilha intersubjetiva de ideias e valores, quanto pelo seu potencial de convocação de novos sujeitos à adesão. Em um contexto em que as políticas públicas não são suficientes para diminuir as desigualdades ou incorporar de forma efetiva os direitos humanos ao campo da gestão democrática da cidade, esse tipo de atividade se faz ainda mais necessária. Assim, a participação dos jovens e sua ação protagonista em movimentos de problematização do espaço local e na luta pela efetivação do direito à cidade é um dos meios de pensar tais questões. A partir dessas reflexões, e dos dados já obtidos em pesquisa que se debruça sobre o mapeamento de coletivos formados por jovens de 14 a 25 anos em cidades do Médio Vale do Jequitinhonha, o presente artigo pretende analisar o envolvimento e a expressão pública desses agrupamentos juvenis em questões consideradas por eles importantes em relação à cidade. Considerando as muitas décadas de uma cultura política paternalista e o isolamento geográfico, a mobilização e a participação dos jovens vem desenhando atualmente um novo cenário na região do Vale. Desse modo, são investigadas as causas propostas por esses coletivos, institucionalizados ou não, e a forma pela qual tais questões recebem uma dimensão pública, na tentativa de produzirem mudanças no espaço em que atuam.

¹ João DA MATA. Estudante de Comunicação Social com formação complementar em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e estagiário da pesquisa "Da tutela ao empoderamento: comunicação e mobilização social de públicos juvenis no Médio Vale do Jequitinhonha" (CNPq).

Márcio Simeone HENRIQUES. Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da UFMG, integrante do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Responsável pela pesquisa "Da tutela ao empoderamento: comunicação e mobilização social de públicos juvenis no Médio Vale do Jequitinhonha" (CNPq).

Sumário: 1. Introdução; 2. O problema de pesquisa; 3. A juventude do Jequi
4. Considerações finais; 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

A partir de estudos anteriores e de pesquisas sobre Comunicação e Estratégias de Mobilização Social², a problemática das movimentações de públicos, assim como a da geração de vínculos em projetos mobilizadores, torna-se cada vez mais desafiadora. Em especial, chama à atenção o processo comunicativo que ocorre na formação de coletivos juvenis autônomos, na visibilidade e afirmação destes grupos e no posicionamento de seus temas na esfera pública.

A pesquisa “Da tutela ao empoderamento: comunicação e mobilização social de públicos juvenis no Médio Vale do Jequitinhonha” (CNPq) busca evidenciar as condições de passagem de uma ação mobilizadora proposta para os jovens (uma ação de certo modo tutelada) à situação de empoderamento desse público, capaz de iniciativas mobilizadoras próprias, na realidade peculiar desta região, situada a nordeste do Estado de Minas Gerais. O estudo, iniciado em 2012, se orienta por meio (1) do levantamento da constituição de coletivos juvenis autônomos em cinco municípios do Vale³, (2) da investigação das formas e condições de construção das causas destes grupos e das estratégias de comunicação para mobilização (coletivização, vinculação e identificação) por eles adotadas, (3) da análise das formas de acesso e apropriação dos recursos de mídia local por parte desses coletivos e (4) da análise das possibilidades e limites de ação política desses públicos, considerando o seu empoderamento para participação nas controvérsias públicas locais e extra-locais.

O interesse de pesquisa está diretamente relacionado às formas pelas quais os jovens se preocupam com a realidade local das cidades e com as políticas públicas – aqui se tratando de núcleos de pequeno porte, com

² O Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, um programa que desde 1996 concentra projetos de pesquisa e de extensão que da Universidade no Vale realiza um intenso trabalho com jovens de diversos municípios. Os trabalhos extensionistas da área de comunicação com este público se concentram hoje principalmente no projeto Agência de Comunicação Solidária no Vale do Jequitinhonha (PROEXT-MEC).

³ Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Araçuaí, Itinga e Itaobim.

características que podem ser tomadas como semi-urbanas. Assim, a questão do direito à cidade engloba, cada vez mais, uma relação entre as políticas públicas para as juventudes e as possibilidades de efetivar a participação desses públicos na problematização e na gestão do espaço urbano. O percurso da pesquisa já permite vislumbrar como se dá essa preocupação dos jovens⁴ com a cidade e várias questões (e tensões) ligadas à dinâmica de mobilização social juvenil⁵.

2. O problema de pesquisa

A questão do protagonismo juvenil e da importância desse grupo específico começa a ser percebida a partir do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980. Nesse processo, encontram-se, por exemplo, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (que contempla “jovens-adolescentes”), o Ano Internacional da Juventude, instituído pela ONU em 1985, e a criação do Programa Mundial de Ação para a Juventude, também através da ONU, dez anos depois. Entretanto, a atenção voltada para os “problemas da juventude” ganha destaque efetivo a partir do ano de 2003, quando é promovida (dentre outras ações) a criação da Comissão Especial destinada a acompanhar propostas de Políticas para juventude (Cejuvent), e a elaboração da PEC da Juventude⁶.

Tais ações impulsionaram, logo em seguida, mudanças significativas que reforçaram a importância dos jovens como cidadãos e indivíduos em desenvolvimento, com suas diferenças identitárias e (por vezes) ideológicas. Dá-se, a partir de então, a elaboração de Políticas Nacionais, Estatutos, Secretarias Nacionais, Programas, Conselhos, etc. e, principalmente, a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (Brasília, 2008). Tais mudanças tornam, contudo, cada vez mais clara a ideia de que os jovens não apenas representam um grupo diferenciado na produção de políticas públicas ou que pode operar em esferas de visibilidade,

⁴ Para efeito da pesquisa, toma-se a faixa etária de 15 a 24 anos.

⁵ A pesquisa já apresenta dados mais expressivos em relação às cidades de Itinga e Ponto dos Volantes.

⁶ Projeto de Emenda Constitucional de n° 42/2008.

mas que também tem o direito de (e deve ter incentivo para) ocupar espaços deliberativos institucionais.

Os diversos estudos sobre a população jovem, nas suas diversas abordagens disciplinares, têm procurado apontar a necessidade de políticas públicas específicas para este segmento e aprofundar a compreensão sobre as suas expectativas, as suas formas de socialização e de comportamento, sua inserção no mundo do trabalho etc. Não é fácil delimitar com precisão o que seja a juventude, como condição inerente a indivíduos que se encontram numa faixa etária determinada, uma vez que a ideia mais genérica e abstrata de “jovem” tende a ser associada a estilos de vida e também às variáveis formas culturais de transição para a idade adulta, geralmente correspondendo a uma entrada tanto na vida produtiva quanto reprodutiva. Daí a referência a “juventudes”, reconhecendo a diversidade de situações existenciais e a complexidade de formas sob as quais a população jovem se mostra, se associa e estrutura suas vivências (DAYRELL, 2006).

Contra uma frequente percepção de que a população jovem atual é passiva e despolitizada, Regina Novaes aponta que não há evidências suficientes de uma menor participação deles em algum tipo de ação coletiva do que em gerações passadas, e propõe que “é preciso atentar para as novas apropriações e linguagens que renovam a política e (re)inventam possibilidades do(a) jovem de hoje estar e agir no espaço público” (NOVAES, 2007:100). É provocadora a hipótese de que há uma nova e peculiar interseção entre o discurso da cidadania e a expressão do sentimento de solidariedade, que se manifesta em novos espaços, além dos lugares tradicionais da política.

Em termos de mobilização social, as novas configurações da sociabilidade e da construção das experiências subjetivas estão relacionadas a novos modos de formação e movimentação dos públicos e, em consequência, de ativismo político (HENRIQUES, 2007). Numa sociedade democrática, a mobilização social é um processo por meio do qual a sociedade civil pode se organizar, influir na formulação de políticas públicas e participar ativamente das questões de interesse coletivo. O caráter público dessa participação requer uma constante problematização das mais diversas

causas que são postas à consideração dos cidadãos. Entendemos a mobilização social como

a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público (HENRIQUES et. al., 2004:36).

A definição de mobilização social é, então, a de um processo essencialmente comunicativo, tendo em vista que a definição coletiva de objetivos depende de uma intensa partilha intersubjetiva, que constrói um sentido comum sobre um determinado problema percebido na realidade e deve ser posta em termos de algo a ser publicamente expresso, afirmado e defendido, como uma causa que transcende o grupo inicialmente mobilizado e capaz de convocar outros sujeitos à adesão. A constituição de uma causa social (coletivização) pode ser vista quando

as percepções e ações se deslocam todo o tempo do interesse individual para o coletivo, quando os problemas são percebidos e tratados como sendo de todos e quando se permite visualizar um entendimento comum desses problemas (HENRIQUES, 2010).

A mobilização de diversos atores é, a um só tempo, a condição para que um determinado problema seja reconhecido como sendo afeito ao âmbito coletivo (e não individual) e a consequência desse processo de entendimento coletivo (HENRIQUES, 2004; HENRIQUES, 2010). Neste sentido, a mobilização social é um processo de formação e movimentação de públicos. Num sentido político, os públicos são agrupamentos que se compõem de sujeitos que se veem de algum modo afetados pelas consequências sociais das transações humanas, ou seja, que podem se formar de modo mais ou menos organizado a partir do reconhecimento das consequências sociais de atos privados que não se limitam ao âmbito dos diretamente envolvidos na transação (DEWEY, 1927) e que tendem a expressar suas opiniões e dar visibilidade a seus interesses inseridos num processo de controvérsia pública (BLUMER, 1978).

Entram em jogo, portanto, as condições comunicacionais sob as quais os públicos se formam: (a) condições de interação para a formação de grupos mobilizados, seja de modo mais difuso, seja de modo institucionalmente organizado; (b) condições que grupos mobilizados encontram para coletivizar as suas causas, através da visibilidade pública; (c)

condições de sustentação de debate e deliberação pública sobre as causas propostas; (d) estratégias de comunicação adotadas pelos grupos mobilizados para difundir e afirmar suas causas, para convocar à participação, gerando e mantendo vínculos entre seus membros e destes com a causa.

3. A juventude do Jequi

O Vale do Jequitinhonha é considerado uma das regiões mais pobres do país. Compõe um vasto território mesorregional do qual fazem parte 51 municípios e que se distribuem em cinco Microrregiões (Diamantina, Almenara, Araçuaí, Pedra Azul e Capelinha). Apesar dos seus baixos índices econômicos e de desenvolvimento humano, é uma região muito diversificada e de grandes contrastes, que se destaca por sua cultura peculiar e por uma resistência de suas populações às visões recorrentes sobre o Jequitinhonha como o “vale da miséria”.

As configurações históricas, a cultura política da região e as políticas públicas impostas sobre o Vale são fatores ponderáveis para explicar sua situação social. O Vale tem sido nas últimas décadas alvo de inúmeros projetos sociais, governamentais ou não, sob variados vieses, desde aqueles meramente assistenciais até aqueles que pretendem promover autonomia e emancipação dos diversos atores sociais. Embora em muitos lugares a potência mobilizadora seja de fato pequena, considerando as muitas décadas de uma política de cunho paternalista e o isolamento geográfico, isso não impede que haja uma atuação histórica dos movimentos sociais.

Neste contexto emergem as propostas de projetos sociais voltados para o público jovem. Aos olhares das instituições sobre o Vale, não poderia escapar a grande demanda representada pelas novas gerações, quer se perceba pela vertente do risco social iminente onde o desenvolvimento humano é precário, quer pela percepção de uma urgência em termos de mudança na cultura política, criando condições de ação (e de mobilização) autônoma. Grande parte das iniciativas ancora suas justificativas numa evidente falta de protagonismo dos jovens e deseja promover condições para que a ação autônoma possa se desenvolver. Apesar de tantos esforços, há

ainda poucos estudos sobre as formas de comunicação e mobilização dos jovens nesta realidade – que não é mais essencialmente rural, nem tampouco se configura como urbana, no sentido que é conferido à maioria dos estudos sobre mobilização juvenil.

Nos grandes espaços urbanos, coletivos juvenis se constituem, articulam e movimentam apropriando-se cada vez mais dos recursos de conexão digital e reelaborando continuamente suas próprias visões do espaço público. Porém, a realidade peculiar de uma região como a do Vale do Jequitinhonha chama a atenção para as condições em que a população jovem pode constituir-se e movimentar-se como públicos, formando opiniões, interferindo efetivamente no processo político local e, mais além, conectando-se a outros públicos mobilizados em dimensões extra-locais.

A questão do protagonismo juvenil é de difícil conceituação e concretização, mas, em geral, evoca a capacidade do jovem de pensar e intervir de forma autônoma e criativa sobre os problemas de sua realidade (STAMATO, 2009). Frequentemente posta em termos de autonomia e emancipação, traduz uma expectativa de participação ativa desses sujeitos. É evidente que essa expectativa se dá, de certo modo, limitada, de um lado, pela ideia de *tutela* e, de outro, pela do *empoderamento*. Mas também carrega, entre estes polos, uma noção de mediação (seja pela educação formal, seja por instituições variadas, seja pela própria família). Assim, um primeiro problema está em identificar as oportunidades de engajamento e mobilização mais autônomos, de iniciativa dos próprios jovens da região. Duas pistas são importantes para esta identificação: (a) o engajamento dos jovens em atividades ligadas à comunicação e (b) a participação juvenil no movimento cultural do Vale.

Uma pesquisa realizada entre 2007 e 2008 em sete municípios do Médio Vale sobre o perfil da mídia local (HENRIQUES et. al., 2007) constatou que a maior parte dos radialistas da região eram jovens (considerada a faixa etária de 15 a 24 anos). Também detectou o crescente envolvimento de jovens com atividades na Internet para a publicização de suas causas e ideias: *blogs* e comunidades em redes sociais se converteram rapidamente em importantes espaços para os diferentes grupos e indivíduos. Em relação à participação em movimentos culturais, é comum que os grupos de teatro, de

dança, de música, da igreja ou corais tenham grande participação de jovens e que tais grupos procurem apresentar nos festivais temáticas ligadas às questões próprias do Vale: exaltação à sua cultura tradicional, denúncia de problemas sociais e econômicos, sátiras políticas etc. Todo este movimento tem gerado a criação de novos grupos culturais em várias cidades.

Dados preliminares da pesquisa revelam exemplos: em Itinga, um grupo de teatro, apesar de se dedicar predominantemente a produção de peças de caráter educativo – não necessariamente político – por estar também ligado a atividades da Igreja Católica funciona como espaço de interação dos jovens da cidade, sendo as amizades destes um importante fator de ingresso no grupo. Em Ponto dos Volantes, alguns dos entrevistados elucidam, por exemplo, a importância do grupo de jovens da Igreja Católica como espaço de incentivo à participação em questões da cidade.

O interessante nesses dois casos é que esses mesmos jovens, para além das atividades do grupo de jovens ou do teatro – apontadas por alguns dos entrevistados como importante local de aprimoramento de suas capacidades retóricas e de interação social, por exemplo – voltam a se encontrar em outros espaços, como grupos abertos em redes sociais ou núcleos de amizade e convivência específicos. Nota-se que esses modos iniciais de organização também funcionam como espaço de discussão política/social e, a partir daí, como parte de um processo de ressignificação do contexto em que tais jovens se inserem e do seu papel (e potencial) enquanto possíveis agentes políticos.

Os dados já obtidos denotam descontentamento da população jovem com parte de seus governantes. Há uma ideia de que o Estado não leva a juventude a sério, a não ser que suas reivindicações sejam ampliadas através de atos que projetem seus interesses em maiores esferas de visibilidade, atingindo o potencial de influenciar o eleitorado. Dessa forma, muitos desses entrevistados entendem que o jovem precisa reivindicar seus direitos, conhecendo-os. Nesse sentido, dominar os códigos necessários, assim como entender quais instâncias governamentais se responsabilizam por determinados setores e de que forma essa responsabilidade se manifesta, faz parte desse conhecimento necessário.

4. Considerações finais

Os dados iniciais coletados pela pesquisa permitem entrever que um significativo viés cultural – tradicional no Vale do Jequitinhonha, é importante força para a constituição dos públicos juvenis. É curioso observar que as preocupações com os problemas da cidade estão ligadas às preocupações mais gerais com a região em seu conjunto, donde é importante o caráter identitário que produziu nas últimas décadas a consciência de traços comuns entre as cidades. As manifestações culturais seguem sendo canais para a expressão dessas preocupações, por meio das quais os jovens têm a oportunidade de “ensaiair” formas de participação. Os agrupamentos – formais ou informais – que se formam para finalidades culturais são um importante caminho para permitir a participação em outras instâncias – por meio deles os jovens são chamados a participar de encontros, reuniões ou fóruns para discussões sobre os mais variados temas e também para processos mobilizadores para diversas causas.

Uma forma de gerar e manter essa relação com o espaço da cidade se dá através do acesso aos meios de comunicação, especialmente do rádio, mas já se nota que a internet constitui uma plataforma de interações para a divulgação das concepções culturais e do pensamento desses grupos, atingindo esferas de influência que transcendem os limites geográficos desses municípios. Também tem servido para manter os vínculos com os jovens que se encontram fora do Vale com a cidade. Assim, o direito à cidade passa também por um desejo de apropriação dos espaços de visibilidade em nível local e extra-local. Os jovens do Jequitinhonha parecem aprender que mover-se pela cidade não requer somente transitar pelas suas ruas, mas também pelos espaços virtuais de interação que os configuram coletivamente como públicos.

5. Referências bibliográficas

BLUMER, Herbert. (1978). A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (org.) *Comunicação e indústria cultural*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

DAYRELL, Juarez; CAROLINA, Áurea. Juventude, produção cultural e participação política. In: LIMA, Rafaela. (Org.). *Mídias comunitárias, juventude e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEWEY, Jonh. *The public and its problems*. Oxford, England: Holt, 1927.

HENRIQUES, Márcio S. (org). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HENRIQUES, Márcio S. et. al. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica: 2004. p. 33-57.

HENRIQUES, Márcio S.; HENRIQUES, Augusto Otávio S.; CASTRO, Bruno de Moraes. Mídias Locais: o perfil das rádios no Médio Vale do Jequitinhonha. In: *XII Congresso de Comunicação da Região Sudeste*, Juiz de Fora. Anais do Intercom Sudeste (em CD-ROM). Juiz de Fora/MG : INTERCOM/UFJF, 2007.

HENRIQUES, Márcio S. *Comunicação e Mobilização Social na prática de policia comunitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NOVAES, Regina. Nada será como antes: notícias das juventudes sul-americanas. In: *Relatório do Observatório da Cidadania*. Rio de Janeiro: Ibase, 2007. p. 99-107.

STAMATO, Maria Izabel C. Protagonismo Juvenil: Uma Práxis Sócio-Histórica de Formação para a Cidadania. *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*. Macieó/AL: Abrapso, 2009.